

Disciplina e experiência: construindo uma comunidade de escuta na teoria e no ensino de história

Discipline and Experience: Building a listening community in Theory of History and History teaching

Géssica Guimarães ^a

E-mail: gessicaggaio@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-2369-8646> 

^a Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,
Departamento de História, Rio de Janeiro,
RJ, Brasil

RESUMO

A consolidação da história como uma disciplina na tradição ocidental foi responsável pela constituição de métodos, teorias e protocolos que buscavam afirmar seu caráter científico. Essa configuração da história científica no século XIX teve outras consequências como a instituição de mecanismos de controle da produção de conhecimento, bem como o fortalecimento de uma imagem pretensamente universal da humanidade como seu produtor autorizado. Pretendo refletir sobre o caráter disciplinar da história a partir de teorização acerca do conceito de experiência, que será considerado a partir das obras de Walter Benjamin, Judith Butler e Nelly Richard. Para tal, será analisada a importância dos relatos de experiência para a constituição de uma *comunidade de escuta*, a fim de pensar sua pertinência para as aulas de história e as narrativas historiográficas não hegemônicas. Em seguida, refletiremos sobre a historicidade do conceito de *lugar de fala* e as consequências ético-políticas das diferentes maneiras de experimentar o passado.

PALAVRAS-CHAVE

Experiência. Ensino de história. Walter Benjamin.

ABSTRACT

The consolidation of history as a discipline in the Western tradition was responsible for the development of methods, theories, and protocols aimed to affirm its scientific status. In turn, such configuration of scientific history in the 19th century had other consequences, such as the establishment of mechanisms to control the production of knowledge and the strengthening of an allegedly universal image of humanity as its authorized producer. This work approaches the disciplinary character of history from the concept of experience, based on the works of Walter Benjamin, Judith Butler, and Nelly Richard. To this end, we will analyze the importance of experience reports for the constitution of a *listening community*, considering their relevance for history classes and non-hegemonic historiographical narratives. Then, we will reflect upon the historicity of the concept of "lugar de fala" and the ethical-political consequences of the different ways of experiencing the past.

KEYWORDS

Experience. History teaching. Walter Benjamin.

Introdução

O que acontece em uma aula de história quando a narrativa muito bem arquitetada dos professores é interpelada pelo “mas e se...” dos estudantes? Como se comportam os docentes quando suas análises teóricas são confrontadas com as vivências daqueles que os ouvem? Eu arriscaria dizer que é neste encontro entre o saber constituído cientificamente e o conhecimento advindo da experimentação da vida que se faz a aula, numa realização coletiva a muitas mãos e muitas vozes, resultando em um texto não necessariamente escrito e que desafia a noção de autoria e valoriza a oralidade (MATTOS, 2006; RODRIGUES, 2019). Se a riqueza do ensino e da aprendizagem da história é atravessada por esse gesto solidário de fala e escuta, porque os relatos de experiência ainda nos constroem?¹ Seria nossa conformação disciplinar um entrave para a plena fruição entre saber acadêmico e experiência de vida?

Recentemente, nossa comunidade de historiadores se envolveu – uns mais ativamente que outros – em uma polêmica em torno do debate acerca do *lugar de fala*, depois que Lilia Schwarcz (2020) publicou em um periódico nacional um artigo de opinião sobre o projeto estético *Black is King*, da cantora estadunidense Beyoncé. As repostas à publicação foram diversas, mas chamaram a atenção algumas acusações de que a historiadora não teria “lugar de fala” para criticar a representação da África, dos povos africanos e da diáspora africana porque é uma mulher branca. Na sequência, muitos intelectuais brasileiros se manifestaram, alguns pretendiam sublinhar os danos que o lugar de fala tem provocado na produção de um conhecimento científico; também lemos a sugestão de que nos ronda a ameaça de um “lugar de cale-se” (KEHL, 2020); e que a prática de *cancelamento* mais tem afetado aqueles que se colocam no lado progressista das forças políticas no cenário nacional (GOMES, 2020). Contudo, também surgiram esforços para pensar a historicidade do conceito e sua importância para movimentos sociais, políticos e intelectuais de pessoas que foram silenciadas, marginalizadas, exploradas, oprimidas e objetificadas por séculos. As reflexões deste último tipo têm em comum o reconhecimento de que, por meio do lugar de fala, essas sujeitas e esses sujeitos² vêm reivindicar seu direito a autodefinição e a expressar sua concepção de mundo, seus desejos e anseios por meio de suas próprias vozes (BENTES, 2020).

¹ Angela Figueiredo (2020) sinaliza a persistência de discursos que pretendem desqualificar certas produções acadêmicas como senso comum ou militância, quando fruto da pesquisa acadêmica negra posicionada e engajada, nas quais suas experiências têm centralidade.

² Notamos que categorias como “homens”, “mulheres”, “sujeitos” e “sujeitas” carregam conteúdos que se pretendem universais e esta ressalva deve acompanhar a leitura de todo o artigo.

O objetivo aqui consiste em contribuir para esse debate, tomando como perspectiva analítica um dos fundamentos do conceito de lugar de fala: a experiência e o seu valor epistemológico. De tal maneira que poderíamos admitir que existem diferentes formas de experimentar a relação entre passado e presente, as quais se desdobram em possibilidades de conhecimento do passado e orientação da ação. Por fim, esclareço que meu intuito não é analisar o debate público sobre essas questões, mas interrogar sobre qual seria o lugar que nós reservamos para as experiências de opressão e subalternização, como o racismo, as desigualdades de classe e o sexismo, nas nossas aulas e narrativas historiográficas. Acredito que refletir sobre o caráter disciplinar de nossa produção intelectual seja uma abordagem razoável para nos abrir caminhos.

Experiência: solidariedade com o passado e contingência na teoria da história

Frank Ankersmit reconhece que “a filosofia ocidental nunca foi muito gentil com a noção de experiência”, ao passo que noções como razão, ser, verdade, entre outras, tiveram proeminência. A experiência, por vezes, ocupou o papel de “assistente da razão”, na sua forma empírica, auxiliando-a a responder suas perguntas somente após a mente formulá-las (ANKERSMIT, 2012, p. 252-253). Contudo, apesar da experiência ser uma noção filosófica desmerecida pela epistemologia moderna, o desafio de compreender a relação entre o sujeito e o objeto do conhecimento recoloca a noção de experiência em realce. Segundo Ankersmit, “o sujeito se torna consciente do objeto graças à experiência” (ANKERSMIT, 2012, p. 255).

Ao postular o problema da “experiência histórica”, o historiador holandês sugere que, segundo critérios básicos da epistemologia, poderíamos relacionar o historiador e o passado, em um arquétipo através do qual reconhecemos o sujeito e o objeto do conhecimento da pesquisa histórica. Recorrendo à hermenêutica de Gadamer, o autor sublinha que a experiência exerce uma função mediadora entre essa dupla, de maneira que teríamos dificuldades em afirmar onde termina o sujeito e onde começa o objeto e vice-versa, uma vez que “somos parte do passado e o passado é parte de nós” (ANKERSMIT, 2012, p. 256). É nesse terreno arenoso do conhecimento historiográfico que Ankersmit acredita ser mais proveitosa a reflexão sobre a experiência, exatamente quando ela enfraquece as noções de sujeito e objeto que a filosofia moderna pressupunha rígidas.

Encontramos na obra de Walter Benjamin algumas referências para pensar a importância da experiência como uma forma de viver e conhecer o passado, em “Sobre o conceito de história” Walter Benjamin exortava os historiadores a construir uma experiência com o passado. Jeanne Marie Gagnebin percorreu a obra de Benjamin em busca dos diferentes significados que o autor atribuiu ao conceito de experiência (*Erfahrung*), desde os escritos de 1913 até as famosas teses de 1939. A filósofa chegou à seguinte conclusão:

Nos textos fundamentais dos anos 30, (...), Benjamin retoma a questão da “*Experiência*”, agora dentro de uma nova problemática: de um lado demonstra o enfraquecimento da “*Erfahrung*” no mundo capitalista moderno em detrimento de um outro conceito, a “*Erlebnis*”, a experiência vivida, característica do indivíduo solitário (...) (GAGNEBIN, 1994, p. 9).

Em “O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”, Benjamin reconheceu na modernidade a extinção da arte de narrar, ao menos da construção de uma narrativa na qual as experiências são intercambiadas, de maneira que, na narrativa, a experiência vivida possa ser transmitida de uma pessoa a outra como um discurso vivo, palavra que é acesa na relação de fala e escuta que se estabelece em comunidades na quais as narrativas são formas autênticas de tessitura do elo social. Nesse escrito de 1936, Benjamin cita aspectos da modernização, bem como a tragédia da Primeira Guerra Mundial, como características de um novo tempo no qual o narrar, como uma experiência que se passa de uma pessoa a outra, se esvaziava de sentido. Ele comparou o bom narrador ao homem que sabe dar conselhos, pois “Aconselhar é menos responder a uma pergunta que fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada. (...) O conselho tecido na substância viva da existência tem um nome: sabedoria”. Essa bela passagem é também bastante elucidativa: para Benjamin essa experiência (*Erfahrung*), que perdeu sua força social com a modernidade, remonta a uma organização da vida coletiva na qual o ritmo era outro, quando a tradição oral ainda tinha grande valor cultural e influência social, e a experiência não era valorizada apenas por sua individualidade, mas, sobretudo, pela força agregadora que exercia em uma comunidade, como um “modo artesanal de comunicação” (BENJAMIN, 1994, p. 200 e 205).

Quais seriam as condições de uma experiência (*Erfahrung*) para Benjamin? Gagnebin destaca três características: a) a existência de uma comunidade de sentidos entre o narrador e o ouvinte, provavelmente desarticulada pela aceleração das mudanças e a quebra da solidariedade geracional; b) a organização artesanal e comunitária do

trabalho, através da qual se estabelece uma convivência prolongada e a predominância da oralidade, em oposição ao trabalho fragmentado e seriado no modo de produção capitalista, e c) a experimentação compartilhada da vida, através da perspectiva de uma *história aberta*, que continua a ser vivida na narrativa comum e que guarda em si a possibilidade da transformação através da vida do outro e do fazer junto. Nessa perspectiva, quando a modernidade europeia, o avanço da técnica e o terror da Guerra rompem esses laços espontâneos, a experiência (*Erlebnis*) se torna cada vez mais isolada e os indivíduos desorientados e desaconselhados.

Marcelo Rangel nos diz que, embora possamos encontrar na obra de Walter Benjamin uma compreensão da história “pela lógica que é a da possibilidade”, aberta por meio da concepção do homem como agente da história, na segunda metade da década de 1930 – exatamente quando o filósofo escreveu os textos que aqui nos servem de base – “Benjamin se dedicaria à explicitação melancólica do que podemos chamar de um obscurecimento ou denegação desta lógica (a da história como possibilidade) no interior da modernidade, e isto a partir da ideologia do “progresso” (RANGEL, 2019, p. 35). Concordando com essa análise, destaco que se há, na crítica benjaminiana, uma dissidência explícita com a ideologia do progresso, por outro lado a compreensão da história como possibilidade ainda se apresenta, inclusive nas teses sobre a história. Porém, para que a história se efetive como abertura há de ser esboçado no presente um gesto de solidariedade com o passado. Seja o passado apresentado como ruína ou como um repertório de significados, o que possibilitaria uma experiência plena de cada presente com o passado seria o compromisso com as vidas e a construção de uma comunidade de sentidos entre aqueles que viveram no passado e nós.

Dessa forma, o pensamento de Walter Benjamin nos fornece um bom referencial teórico para pensarmos a experiência em nossa contemporaneidade. Por mais que as transformações causadas pelos processos de modernização, pela desagregação social e pela reconfiguração das relações entre os indivíduos tenham tornado hegemônica uma experiência com o mundo e com o passado cujos traços seriam a individualidade, a descontinuidade e a fragmentação, ainda seria possível uma experiência de outra ordem. Essa se realizaria como uma experiência coletivizada do tempo e da história, da compreensão do passado que habita em nós e suas consequências, através de relações mais comunitárias, da valorização da ancestralidade e de uma atitude compromissada com aqueles que viveram em outros tempos, ou como sugere Marcelo Rangel, segundo uma disposição terna com o passado. Acredito que em nossa contemporaneidade ainda existam formas de experimentar a relação entre passado e presente que nos aproxima dessa noção de *experiência*.

Ankersmit também recorreu a Walter Benjamin em sua reflexão sobre o papel da experiência, mas buscou referências em outro texto do filósofo alemão: “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”. Nesse ensaio, Benjamin analisou como, antes daquela que ele denominou como “a era da reprodutibilidade técnica”, a obra de arte possuía uma *aura*, sem que ninguém a tivesse notado. Ankersmit argumenta que, para Benjamin, a situação analisada remete a uma experiência na qual o conhecimento sobre o evento se dá apenas após o seu fim, como se a consciência de algo só fosse possível depois que essa coisa se torna passado. Isso que Ankersmit chama de “mecanismo de Benjamin” é como ele caracteriza a experiência histórica. Embora o conhecimento do que já não mais existe não tenha valor de ação no tempo presente, ele contribuiria de duas maneiras para o indivíduo e seu entendimento do mundo: como uma forma de conhecer o passado e como uma abertura para o reconhecimento de que algo novo emerge dessa diferença em relação ao que passou. Em outras palavras, a experiência da descontinuidade seria amenizada pela possibilidade do conhecimento.

Contudo não é a noção que Ankersmit elabora sobre a experiência histórica que orienta as reflexões deste artigo. No trabalho do historiador holandês, a experiência histórica se relaciona com um passado mais como algo finalizado – embora reconheça suas permanências no presente – e funciona quase como um pressuposto heurístico para o conhecimento histórico. Para a continuidade das questões que o artigo apresenta, é mais oportuna a concepção da experiência como um passado que perdura, como uma *Erfahrung* analisada por Walter Benjamin, buscando uma aproximação radical entre sujeito e objeto do conhecimento histórico, sobretudo na sala de aula.

Em *Problemas de gênero*, Judith Butler nos fala sobre um tipo de experiência que entrelaça passado e presente na construção performática do gênero. Como a autora entende que não existem sentidos pré-discursivos para o sexo e o gênero, sua compreensão acerca da constituição social e histórica dos gêneros é perpassada pela linguagem e os atos performáticos que produzem os significados para os gêneros através de estruturas de repetição no tempo. Nesse sentido, o corpo também pode ser pensado como resultado da experiência, ele participa do acontecimento e tem os seus sentidos elaborados no curso do tempo e não anterior a ele. O objetivo da filósofa consiste em afastar as concepções nas quais o corpo é apresentado como uma facticidade, uma condição apriorística, em clara negação de qualquer status ontológico do gênero. Como Foucault, sua intenção é “expor um corpo totalmente impresso pela história” (BUTLER, 2015, p. 224). Butler afirma que

o gênero é uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma *repetição estilizada de atos*. (...) Essa formulação tira a concepção do gênero do solo de um modelo substancial de identidade, deslocando-a para um outro que requer concebê-lo como uma *temporalidade social* constituída. (...) É precisamente nas relações arbitrárias entre esses atos que se encontram as possibilidades de transformação do gênero, na possibilidade da incapacidade de repetir, numa deformidade, ou numa repetição parodística que denuncie o efeito fantástico da identidade permanente como uma construção politicamente tênue (BUTLER, 2015, p. 242-243).

Sendo assim, podemos entender a performance como uma prática temporal, na qual se inscrevem normas sociais e atos punitivos para os comportamentos desviantes, mas também há espaço para que as fronteiras normativas impostas aos corpos sejam extrapoladas. A experiência do gênero como uma estrutura de repetição coloca no tempo tanto os mecanismos de controle e opressão constituintes de uma sociedade patriarcal e de uma cultura de heterossexualidade compulsória, como abre a possibilidade para que comportamentos críticos e marginais irrompam em atos também performáticos, que constituem a maneira como os gêneros são experimentados. Nesse sentido, para Butler não existem identidades preexistentes, as identidades são produzidas no tempo, por meio de atos performáticos atravessados por repetições e rupturas, em construções discursivas variáveis. Nas palavras da autora: “Em certo sentido, toda significação ocorre na órbita da compulsão à repetição; a “ação”, portanto, deve ser situada na possibilidade de uma variação dessa repetição” (BUTLER, 2015 p. 250). A noção de experiência presente no trabalho de Butler nos auxilia a atribuir a esse conceito o entendimento de que é na órbita da experiência, na negociação entre passado e presente, que são constituídos os sentidos mesmos da ação.

Por fim, na tentativa de pavimentar um entendimento para a concepção de experiência que interessa a essa reflexão, a maneira como Nelly Richard concebe o conceito de experiência é fundamental. Tendo como referência os movimentos feministas latino-americanos, Richard se dedica a investigar a função da teoria e da experiência para essas mulheres. Partindo da observação de que muitos movimentos feministas na América Latina têm negado a matriz teórica do feminismo, principalmente em sua versão do norte global, a intelectual franco-chilena conclui que, em grande medida, a oposição entre teoria e prática está associada a uma avaliação de que as condições materiais nas quais se encontram as mulheres latino-americanas exigem do movimento político mais ação do que reflexão teórica. Porém, Richard não deixa de notar que essa concepção remonta a estereótipos sobre a divisão entre mente e corpo, caros à

filosofia moderna e elaborados desde o início da colonização da América, relegando ao “Novo Mundo” e seus habitantes noções como “natureza”; enquanto o colonizador seria localizado no âmbito da “cultura”. Caracterização essa que se prolonga até os dias de hoje, numa espécie de especialização mundial da produção de conhecimento por meio da qual os países do norte global seriam os produtores de teoria por excelência e os países do sul global deveriam aplicar a teoria aos seus estudos de caso e pesquisas de caráter prático.

Sem abrir mão da reflexão teórica, Richard busca na vivência dos feminismos analisados uma possibilidade para pensar o valor epistemológico da experiência, tendo em vista a vinculação com as condições sociais de existência dessas mulheres. Para a autora, o recurso epistemológico da experiência considera a pessoa-em-situação, isto é, segundo seu pertencimento a um tempo, a um lugar, a uma cultura, na sua constituição material, subjetiva e contextual. Todavia, a autora deixa claro que o conceito de experiência que lhe interessa não é aquele que geralmente é associado à natureza ou à vida como uma realidade anterior à mediação simbólica, como um corpo pré-cultural. O pressuposto de Richard para a defesa da elaboração de modos locais de reflexão teórica se baseia na concepção da experiência como acesso para o conhecimento de uma dada realidade histórica.

Tanto *teorizar a experiência* (dar-lhe a categoria analítica de uma construção de significados), como dar conta das particulares *experiências da teoria* que a crítica feminista latino-americana realiza, em espaços culturais não homologáveis nas codificações metropolitanas, passa por afirmar o valor *tático* de um conhecimento *situado*: um conhecimento que se reconhece marcado por uma geografia internacional de subordinações de poder (...). “Contexto” e “experiência” designam, neste caso, o modo *contingente* e *situacional* através do qual as feministas latino-americanas produzem teoria (RICHARD, 2002 p. 146).

Este artigo propõe que, na combinação entre a crítica benjaminiana da experiência na modernidade europeia e as concepções da experiência como performance e como contingência presentes nos trabalhos de Butler e Richard, podemos encontrar um lugar para o conceito de experiência e sua relação com a produção de conhecimento sobre o passado e o presente na teoria e no ensino de história.

Disciplinarização, controle e o outro lado da modernidade

As escritas sobre acontecimentos passados fazem parte de inúmeras culturas e tradições intelectuais: mesopotâmica, chinesa, egípcia, judaica, greco-romana, entre outras. Já sabemos há tempos que a história não é uma invenção dos gregos (HARTOG, 2003; BUENO, 2015; MOMIGLIANO, 2014). Na história ocidental europeia, essas escritas se transformaram ao longo dos anos e somente no século XIX a história reivindicou para si um campo específico de atuação, estabelecendo suas prerrogativas e procedimentos de pesquisa, análise e certificação. A afirmação da história como um conjunto de saberes específicos se efetivou por meio de um processo de autonomização, através do qual a história construía para si um discurso de diferenciação, a fim de estabelecer uma inscrição universitária e científica que a distinguisse da poesia, da filosofia, dos trabalhos dos antiquários e até mesmo da crônica. Os principais agentes desse processo foram os historiadores, que se engajaram na disciplinarização da história e tinham, entre seus objetivos, a legitimação de seu trabalho como uma atividade reconhecida de produção de conhecimento (MALERBA, 2010; MARTINS, 2010).

Na cena histórica do oitocentos e em grande parte dos países ditos ocidentais, uma das formas de valorização do conhecimento sobre o passado era a sua contribuição para a construção e afirmação das virtudes nacionais e patrióticas – dessa forma, imprescindível para a consolidação de projetos políticos em torno dos Estados Nacionais. Mas não apenas isso, esse conceito moderno de história ofereceu a esses países, seus intelectuais e seu povo uma boa dose de futuro, a partir da experiência de temporalização da história e da atribuição de um poder de transformação à própria passagem do tempo (KOSELLECK, 2006). Em um momento de pleno avanço de políticas imperialistas dos países europeus na África e na Ásia, e dos Estados Unidos sobre vários países e territórios das Américas, essa concepção de uma história que se realiza no tempo, sob o signo do progresso e da perfectibilidade humana, forneceu um importante elemento legitimador das práticas colonialistas, desta vez justificadas não apenas pela missão evangelizadora, mas também como um imperativo da civilização dos povos. Segundo Ritwik Ranjan (2017), os dois lados da historicidade, a narrativa historiográfica e a atuação dos indivíduos, foram separados na historiografia colonialista que naturalizou a história escrita (pelos europeus) como a história acontecida.

É importante sublinhar que a disciplinarização da história – assim como de qualquer área do saber – não se deu sem disputas políticas. Como bem assinalou Michel de Certeau, há na fabricação de um campo de produção de conhecimento a formação de uma sociabilidade específica e a construção de códigos entre os pares

(CERTEAU, 1982). Nesse jogo entre a afirmação de práticas de pesquisa, métodos e teorias, e a consolidação de protocolos de circulação e validação da produção, emergem inevitavelmente dispositivos de controle. A constituição de uma disciplina, portanto, significa uma declaração de força e poder de um grupo de intelectuais que protestam sobre a especificidade e importância do conhecimento por eles produzido. Por outro lado, ela tem como característica inevitável a edificação de barreiras – umas mais permeáveis que as outras – entre os diversos campos do saber. Além disso, convergem neste processo identidades diversas, que disputam a hegemonia sobre o discurso que reivindica a verdade sobre o mundo.

De certo que a história da historiografia tem nos ensinado que, mesmo no século XIX, a escrita da história era complexa o suficiente a ponto de desafiar caracterizações mais estreitas. Mesmo figuras canônicas como Leopold von Ranke ainda hoje nos surpreendem com a sua sensibilidade ao perceber que a história “precisa ser (...) ciência e arte ao mesmo tempo” (RANKE, 2010, p. 203). Já no século XX, críticas ao cientificismo histórico como as de Carl Becker e Charles Beard, nos Estados Unidos, e iniciativas como a criação da *Revista dos Annales* sublinharam que, para o desenvolvimento da pesquisa histórica, a reavaliação do método histórico e a permuta de conceitos e categorias oriundas de disciplinas como a sociologia, a economia, a antropologia, a geografia, a psicologia, entre outras, são de confirmada importância (MALERBA, 2013). O debate em torno da “virada linguística”, desde a década de 1960, alcançou alguma notoriedade também entre teóricos da história e trouxe para o centro das reflexões a incontornável relação entre o conhecimento sobre o passado e a produção de narrativas. Diálogos com a linguística, a filosofia e a teoria literária apontam para a dimensão literária e filosófica do trabalho dos historiadores (WHITE, 2008). Desde as décadas de 1970/80 a ampliação das fontes reconhecidas pelos historiadores, bem como a emergência de novos objetos de pesquisa e novas abordagens colocaram mais uma vez as fronteiras disciplinares em xeque (LE GOFF, 2011).

Contudo, até aqui foi apresentada uma versão da história da historiografia, uma história entre tantas outras. Notadamente, aquela que se confunde com um sujeito que se pretende universal, que tem gozado dos privilégios da universalidade, mas que possui uma identidade. Essa identidade, que se fortalece exatamente porque não é nomeada e define a si mesma e ao outro, é a identidade da branquitude e do eurocentrismo – que, em muitos momentos, se associa à identidade da masculinidade, afinal quem são as historiadoras “clássicas da história”? Essa identidade transforma o homem, branco, de origem europeia, inserido numa cultura judaico-cristã e de classes médias e altas, em padrão para a ficção chamada história universal (LABORNE, 2017).

Para além das referências tornadas hegemônicas a partir da Europa e Estados Unidos, existem outras culturas, saberes, visões de mundo e historiografias em constante batalha contra o predomínio que a cultura ocidental se esforça para sustentar desde a expansão colonial dos séculos XVI e XVII. Como nos dizem pensadores como Aníbal Quijano (2005) e Walter D. Mignolo (2017), a colonização europeia em outros continentes teve como uma de suas características a consolidação de um novo padrão mundial de poder, inscrito na *colonialidade*. Nessa nova ordem do mundo, foram engendradas as relações sociais e de produção capitalistas, que se sustentam também através de sistemas de hierarquização das pessoas e dos territórios do planeta, alicerçados em práticas de racialização dos corpos e de aprofundamento das desigualdades de gênero, como assinalou María Lugones (2014).

Como consequência, a colonialidade segrega os indivíduos por meio do conceito de raça e da normatização dos papéis de gênero, e torna as relações de produção e reprodução da vida atravessadas pela exploração que não pode ser compreendida apenas pela lógica da identidade de classe (ALCOFF, 2016). Ademais, a colonialidade do poder e do saber territorializa a riqueza, a civilização, a ciência, a verdade, o belo e a modernidade no norte global, bem como são relegados ao sul global a pobreza, o primitivismo, o obscurantismo, o exótico, o feio e o atraso. Mesmo após os processos de independência política na América, África e Ásia, a colonialidade se mantém porque ela é a expressão de uma relação de poder que não se dissolve com a luta emancipacionista. Ela perdura nas relações econômicas desiguais e no controle de corpos e mentes por meio da afirmação dos valores ocidentais como universais, verdadeiros e desejáveis para toda a humanidade. O problema que precisamos enfrentar aqui é aquele causado pelo genocídio e pelo epistemicídio que esse padrão de poder mundial estabeleceu como a norma (CARNEIRO, 2005).

Partindo de uma análise marxista, Cinzia Arruzza (2015) assinala que opressões como a concentração da riqueza e a exploração de classe, o racismo e o patriarcado devem ser compreendidas como integrantes de um mesmo sistema de dominação: o sistema capitalista. A historiadora critica a tese do “capitalismo indiferente”, segundo a qual o funcionamento do sistema capitalista poderia ser compreendido independente dos demais sistemas de opressão citados, de tal maneira que seria possível concluir que o sistema capitalista poderia operar sua engrenagem de exploração de classe, independente do gênero e da raça dos indivíduos. Segundo Arruzza

O capitalismo não é um Moloch, um Deus escondido, um marionetista ou uma máquina: é uma totalidade viva de relações sociais. Nela,

encontramos relações de poder conectadas a gênero, orientação sexual, raça, nacionalidade e religião, e todas estão a serviço da acumulação de capital e sua reprodução, ainda que frequentemente de formas variadas, imprevisíveis e contraditórias. (ARRUZZA, 2015, p. 16).

A autora ainda nos chama a analisar essas questões a partir de bases concretas, ou seja, retomando o fio histórico através do qual podemos compreender a relação entre capitalismo, racismo e patriarcado. Dessa maneira, poderíamos cruzar o terreno abstrato no qual muitos desses debates se assentam e testar nossas hipóteses a partir da experiência histórica. E o que a história nos diz? As pesquisas nos campos da história social e da história social da cultura, por exemplo, têm nos revelado que a exploração de classe ganha outros contornos quando aliadas aos marcadores de exclusão de raça e gênero. A pesquisa realizada por Beatriz do Nascimento Prechet sobre as prostitutas negras no Rio de Janeiro na passagem do século XIX para o século XX é um bom exemplo de como o trabalho com os arquivos tem nos ajudado a desvendar a coexistência dessas opressões. Embora Prechet tenha comprovado em sua pesquisa o protagonismo das mulheres negras como trabalhadoras do meretrício, ao longo de sua argumentação são apresentados elementos que demonstram como as mulheres racializadas eram submetidas a relações de trabalho ainda mais precarizadas (PRECHET, 2020).

Os estudos pós-coloniais, o pensamento decolonial e as epistemologias feministas, entre outros, são insurgências no interior de disciplinas as quais, por muito tempo, colaboraram para a afirmação da universalidade do sujeito masculino branco europeu. Trabalhos como os de Gayatri Spivak, Ochy Curiel e Donna Haraway, por exemplo, nos colocam em lugares menos confortáveis, que nos desafiam e nos fazem questionar as bases da nossa própria formação. São perspectivas que antes pareciam invisíveis e agora que as sabemos nos perguntamos como era possível ensinar a história nos padrões anteriores, ainda tão comprometidos com a supremacia branca e masculina. O mais interessante é que, em grande medida, essas transformações têm acometido as disciplinas das humanidades por via de um fluxo de ideias aberto pelas políticas de democratização do acesso à universidade – mesmo que as julguemos insuficientes. Em outras palavras, são as vozes de mulheres e homens que demandam a revisão de currículos, a crítica ao cânone e a maior aproximação com os movimentos e reivindicações da sociedade para as universidades (GUIMARÃES; SOUSA, 2019). Se é assim, porque então ainda persiste uma relação tensa entre a disciplina e a experiência?

A experiência nas salas de aula

Em *Ensinando a transgredir*, bell hooks³ nos revela a influência da educação libertária de Paulo Freire na elaboração de uma pedagogia crítica e capaz de tornar a sala de aula uma comunidade de aprendizado. Para hooks, a construção de uma comunidade pedagógica se efetivaria através do engajamento de professores e estudantes que compartilham aquele espaço. Mesmo que a produção contínua de envolvimento com os debates e entusiasmo pelo conhecimento seja de responsabilidade de todos, é inegável que os docentes têm um papel fundamental de mediação dessas relações e promoção de um ambiente onde as trocas possam ser realizadas. Em outras palavras, para a educadora estadunidense, a relação de ensino e de aprendizagem deve ser transformada por uma verdadeira disposição daqueles que participam da aula para falar e também para ouvir, garantindo que todos sejam acolhidos e fazendo com que não apenas os docentes sejam percebidos como autoridades, ou mesmo como aqueles que podem conferir legitimidade às falas dos demais.

Em uma comunidade pedagógica as experiências de vida e as formas de interpretar a realidade derivadas da vivência devem ser valorizadas. Isso não significaria afirmar que todo enunciado equivale a uma verdade incontestável. Essa comunidade deve ser capaz de, mesmo em uma rede de acolhimento, abordar os conteúdos criticamente e, de maneira colaborativa, construir um conhecimento que leve em consideração o confronto entre o conteúdo formal – que provavelmente será sugerido através de um programa pelos docentes – e o conhecimento de mundo que os estudantes apresentam como constituintes de suas historicidades, sua formação e suas identidades (HOOKS, 2017).

Mara Cristina de Matos Rodrigues nos chama a atenção para o fato que, entre o lugar de autoridade do docente na configuração tradicional da sala de aula e os silenciamentos que revelam processos históricos de exclusão, talvez tão importante quanto pensar o que ensinar seja o questionamento sobre *como* ensinar. Rodrigues nos lembra que, nas duas primeiras décadas deste século, as transformações no ensino universitário das licenciaturas foram notórias, sobretudo a partir da valorização da formação docente por meio da criação do Programa Institucional de Bolsas para a Iniciação à Docência (PIBID) e a instituição dos Mestrados Profissionais em Ensino – implementados nos governos do Partido dos Trabalhadores. Como uma de suas boas

³ Por opção da autora, a grafia de seu nome deve ser mantida em letras minúsculas, como um símbolo de crítica às noções modernas e eurocentradas de autoria. O nome bell hooks foi adotado por Gloria Watkins como sua “voz de escritora”.

consequências, esses programas promoveram a diminuição da distância entre as escolas e as universidades. E é das escolas, dos movimentos sociais, das ocupações de 2016 e 2017, que emergem as vozes e reivindicações que questionam a estrutura monolítica da historiografia disciplinada.

Desde a segunda metade do século XX, a reivindicação da experiência como um dado epistemológico tem sido apresentada por meio de movimentos políticos e sociais como das vítimas de regimes de exceção e episódios traumáticos ao longo deste mesmo século, assim como pelos movimentos de mulheres e movimentos antirracistas, que identificaram o caráter estrutural e institucionalizado das opressões que recaem sobre tantas pessoas. Dessa forma, a experiência adquiriu nesses discursos uma dimensão que não é ontológica, mas epistemológica, isto é, a experiência de vida também é considerada uma fonte para conhecimento do mundo – inclusive do passado. Essa configuração conferiu ao conceito novo status na historiografia, possibilitando que os testemunhos fossem considerados fontes históricas autênticas e passíveis de averiguação e crítica como qualquer outra fonte histórica (SARLO, 2007).

A experiência como forma de conhecimento a partir de uma vivência pode ser, ao mesmo tempo, individual e coletiva. Em sua materialidade, ela se apresenta na vida dos indivíduos como traço das relações de longa duração, atravessa temporalidades e se faz presente, seja nas opressões estruturais, seja na ancestralidade que ensina e ampara. Lélia Gonzalez, intelectual brasileira, exprime com clareza como a construção de uma identidade social pode ser atravessada por experiências que são pessoais e também expressões de pertencimento a um grupo social historicamente constituído:

Quando falo de experiência, quero me referir a um duro processo de aprendizagem em busca da minha identidade como mulher negra dentro de uma sociedade que me oprime e discrimina justamente por isso. Mas uma questão de ordem ética-política se impõe de imediato. Não posso falar na primeira pessoa do singular sobre algo que é dolorosamente comum a milhões de mulheres que vivem na região. Refiro-me às ameríndias e às amefricanas, subordinadas a uma latinidade que legitima sua inferiorização (GONZALEZ, 2019a, p. 111).

A experiência auxilia a perceber na vida prática como as estruturas de dominação operam para mistificar as relações desiguais. Patricia Hill Collins nos diz que

As experiências de mulheres negras no trabalho e na família criam condições para que as contradições entre as experiências do dia a dia e a imagens controladoras da condição de mulher negra se tornem visíveis. Ver as contradições nas ideologias faz com que elas se abram para a desmistificação. Assim como Sojourner Truth desconstruiu o termo *mulher* ao usar suas próprias experiências vividas para desafiá-lo, as mulheres afro-americanas comuns fazem a mesma coisa de várias maneiras (COLLINS, 2019, p. 274).

Contudo, o sujeito da enunciação, por mais que evoque uma coletividade, fala por si, a partir do seu lugar e da sua situação. Uma mulher não pode testemunhar por todo o conjunto absolutamente variado e heterogêneo de mulheres; ainda assim, na sua fala, muitas das experiências poderão ser reconhecidas por outras mulheres.

A questão que parece se impor é a necessidade de pensarmos a legitimidade que os relatos de experiência, os pontos de vista, ou mesmo as subjetividades que permeiam toda produção de conhecimento tem ocupado na afirmação social de determinados conhecimentos como dignos de nota e outros como descartáveis. Se é inegável que o sujeito do conhecimento sempre habitou um corpo no mundo e que o corpo é também uma construção simbólica, não precisamos de mais rodeios para localizar nossa questão: a experiência se torna um problema quando a identidade do corpo passa a ser nomeada. Para dizer em outros termos, o imbróglio que se encontra a nossa frente não consiste na reivindicação da experiência como fonte de conhecimento, nossa querela é mais complexa e não seremos capazes de nos movimentar criticamente nesse campo a não ser que seja feita a pergunta inevitável, mas por muitas vezes inaudita: que corpo? E se, ao invés de colocarmos a questão sob o prisma da reivindicação da autoridade do corpo na produção de conhecimento, conferíssemos destaque à denúncia de que por séculos alguns corpos foram desautorizados? Ninguém melhor do que Lélia Gonzalez para colocar os pingos nos "is": "é o lixo que vai falar, e numa boa" (GONZALEZ, 2019b, p. 240).

Enquanto identidades não nomeadas, a branquitude e a masculinidade mantêm os privilégios da universalidade e aqueles que conseguem operar essa identidade – que está continuamente em jogo e é frequentemente negociada nas diversas configurações sociais e históricas – experimentam as vantagens da confusão deliberada que elas promovem entre a parte e o todo. A título de exemplo, poderíamos identificar diversos momentos nos quais os homens brancos, mesmo sendo apenas parcela da humanidade, se apresentam ou são apresentados como sua totalidade. Podemos apontar esse processo no interior da nossa disciplina, a pesquisa de

Bruna Stutz Klem (2019) demonstra a construção do cânone masculino – e branco, também podemos dizer – na história da historiografia brasileira e a marginalização das mulheres e suas obras nessa narrativa. Maria da Glória de Oliveira (2018) analisa que, na constituição da disciplina histórica e na história da historiografia, as mulheres foram colocadas na posição do “outro” silenciado, em grande medida justificada por critérios de neutralidade e objetividade, que afirmavam a irrelevância de distinções de classe, raça e gênero. Ana Carolina Barbosa Pereira (2018) adverte sobre o quanto a teoria da história no Brasil ainda reverbera perspectivas epistêmicas eurocentradas, tornando urgente uma avaliação crítica acerca da geopolítica da produção de conhecimento e da abertura para uma revisão bibliográfica e temática dos cursos dessa área.

bell hooks afirma que “como uma mulher negra, sempre tive aguda consciência da presença do meu corpo nesses ambientes”, referindo-se à vida acadêmica, na qual a cisão entre mente e corpo tem sido um dos baluartes da neutralidade científica, porém funcionando como um véu que encobre relações de poder nas quais corpos desiguais são hierarquizados. E é ainda hooks quem nos lembra que “A pessoa mais poderosa tem o privilégio de negar o próprio corpo” (HOOKS, 2017, p. 181/183). Ou não foi Toni Morrison, a vencedora do prêmio Nobel de literatura que privilegia em suas histórias mulheres e homens negros e suas batalhas em diferentes momentos da história dos Estados Unidos, interrogada se algum dia pretendia escrever sobre outro tema além da raça? Alguma escritora ou escritor branco, que insere em suas narrativas protagonistas brancos e suas questões, já teve que responder a uma pergunta da mesma ordem ou natureza?⁴

Para construirmos uma comunidade pedagógica, se faz necessário que os indivíduos que a compõem sejam respeitados em sua totalidade, e isso implica compreender que alguns deles sofreram e ainda sofrem opressões, e são explorados por meio de relações desiguais que podem e devem ser historicizadas, assim como é fundamental reconhecermos que, por muito tempo, as narrativas históricas e a história da historiografia contribuíram para a manutenção de privilégios. Como fazer essa crítica ao caráter disciplinar da história em um ambiente no qual algumas falas são mais *localizadas* do que outras? Como atender a um projeto de uma universidade comprometido com princípios de equidade, quando os conteúdos das experiências das estudantes negras e dos estudantes negros, das estudantes mulheres, das estudantes e dos estudantes oriundos das classes trabalhadoras – sejam eles cis, trans, brancas, indígenas, negras, mestiças, heterossexuais, lésbicas, entre tantas identidades possíveis – ainda são

⁴ Entrevista com Toni Morrison, em “Toni Morrison Beautifully Answers an “Illegitimate” Question on Race (Jan. 19, 1998). Disponível em: www.encyrtador.com.br/nERUY. Acesso em 28 ago. 2020.

rechaçados como visões de mundo parciais, pouco científicas, relatos de militância ou mesmo como ameaças ao conhecimento disciplinar formalmente constituído?

Quando a narrativa organizada pelo planejamento – qualidade indispensável de uma aula – for desestabilizada pelas interrupções dos estudantes, desafiando a temporalidade da aula e da própria experiência histórica, podemos nos lembrar das exortações de Freire e hooks. Afinal, a centralidade de um conteúdo preconcebido, estabelecido por meio de estruturas curriculares produzidas como documentos de identidade⁵ e anteriores à materialidade na qual os estudantes se encontram, podem realmente promover a construção coletiva de uma comunidade pedagógica? A boa fé que nos leva a escolher o conteúdo “incontornável” e que, por vezes, produz o abafamento das demandas dos estudantes pode ser um indício de uma pedagogia bancária, por meio da qual ainda acreditamos ser necessário depositar sobre os alunos o conhecimento, sem o qual eles não serão capazes de compreender o mundo, exercer sua cidadania e realizar-se profissionalmente (HOOKS, 2017; FREIRE, 2014).

Na apresentação ao livro *A História (in)disciplinada*, seus organizadores Arthur Lima de Avila, Fernando Nicolazzi e Rodrigo Turin afirmam que “A (in)disciplina implica, assim, uma politização do saber” (AVILA *et al.*, 2019, p. 13). É nesse terreno político que a produção historiográfica, seja a escrita ou a oralidade da sala de aula, precisa ser continuamente considerada. Refletir sobre o processo de disciplinarização e seus limites para nossa atuação como historiadoras e historiadores no mundo de hoje não significa a negação da pesquisa, do debate historiográfico ou do embasamento teórico – três importantes pilares do método historiográfico – mas implica em levar em consideração os processos históricos que constituíram esse conjunto de saberes como especializados e as relações de poder que possibilitaram a emergência de um sujeito muito bem delimitado como indivíduo autorizado a produzir tais conteúdos.

Lugar de fala e a questão dos pertencimentos

Em artigo recentemente publicado no livro *Do fake ao fato*, Rodrigo Perez Oliveira analisou o que chamou de “lugar de fala progressista” e o “negacionismo científico olavista” sob a ótica da radicalização de um dado regime epistemológico. Embora o autor tenha sublinhado os pertencimentos políticos de cada uma dessas manifestações, ele propõe que, tanto em um caso como em outro, há um uso esgarçado da experiência

⁵ Aqui tomamos como referência a análise de Tomás Tadeu Silva (2016) sobre os currículos como documentos que não são neutros, mas que expressam uma identidade política.

como medida do conhecimento. Oliveira entende que em ambas as manifestações há uma reivindicação de estatuto de verdade aos seus enunciados por meio da alegação do corpo presente como produtor de sentidos e garantia de certificação. Vejamos como o autor argumenta a esse respeito:

Estou muito convencido de que essas demandas dos estudos pós-coloniais, decoloniais e de todos os outros que de alguma forma evocam o “lugar de fala” são desdobramentos do regime epistemológico que valoriza a observação direta, entendida como experimentação corpórea, e rejeita a mediação e o distanciamento metodológicos. A matriz do “lugar de fala”, nesse sentido, é muito anterior ao *standpoint feminist*, sendo, na verdade, a reivindicação da autoridade do corpo como instância de produção de sentido, algo que é quase tão antigo quanto o ocidente (OLIVEIRA, 2020, p. 95-96).

Nessa citação, há duas afirmações que merecem ser problematizadas: 1- a afirmação do lugar de fala como uma oposição ao conhecimento cientificamente produzido; e 2- a associação do lugar de fala às raízes históricas da cultura ocidental.

O surgimento do lugar de fala como um conceito para sinalizar processos históricos de silenciamento das sujeitas e dos sujeitos subalternizados, remete a debates da teoria crítica feminista nas últimas décadas do século XX. Reflexões fundamentais a esse respeito foram publicadas por Gayatri Spivak, Patricia Hill Collins e Linda Alcoff.⁶ Nestas publicações não há o questionamento sobre a validade da pesquisa, do uso de metodologia e do conhecimento científico *per se*. Contudo, os trabalhos das autoras citadas apresentam críticas à ciência como foi concebida pela modernidade europeia e seus procedimentos de construção de enunciados que se pretendem universais, embora sejam extremamente excludentes.

Quando Spivak pergunta *Pode o subalterno falar?* ela não duvida da ciência e não rompe com a tradição intelectual europeia, mas assinala que, nas sociedades que praticaram o colonialismo, bem como naquelas que sofreram as suas consequências, as relações sociais de poder transformaram o colonizador em sujeito e o colonizado em objeto. É essa mesma objetificação que Alcoff reconhece como traço da colonialidade que se mantém nas Américas. Assim como o trabalho de Collins nos explica como sociedades com passados escravistas também sofrem consequências

⁶ O livro de Gayatri Spivak, *Pode o subalterno falar?*, foi publicado em 1985; já *Pensamento feminista negro*, de Patricia Hill Collins, em 1990; e o artigo de Linda Alcoff, “The problem of speaking for others”, em 1991.

análogas e, por isso, é importante que as mulheres negras defendam o seu direito à autodefinição e à construção de sua identidade para além do que lhes é imposto pelo grupo dominante. Sendo assim, a mediação se torna um problema não de ordem analítica – como se a observação da realidade não pudesse ser realizada por meio de procedimentos metodológicos – mas de ordem política, quando a mediação se transfigura em representação.⁷ É o falar no lugar do outro e pelo outro que tem sido questionado.

Outro deslocamento importante que o debate sobre o lugar de fala nos traz consiste na própria noção de conhecimento corporificado. Aqui a nossa pergunta anterior ganha nova pertinência: *que corpo?* Assinalar o lugar de fala não é apenas um gesto historicista de reconhecimento de que todo sujeito pertence a um tempo e a um espaço. O lugar de fala não é uma nota sustentada do sujeito cognoscente de segunda ordem (GUMBRECHT, 1998). Ele surge exatamente para indicar como a teoria do conhecimento recalçou o corpo em sua radicalidade, uma vez que os pressupostos da universalidade do sujeito do conhecimento não eram desafiados pelo relativismo historicista ou pela crise de representatividade do século XIX. Aquele que *observava a observação* não se importava se corpos não brancos e femininos não eram considerados legítimos para participar da comunidade científica.

Sendo assim, como atribuir a matriz teórica do lugar de fala ao “berço” da tradição europeia ocidental? Acredito que seria mais adequado entender o lugar de fala como uma reposta a essa tradição, a partir de conhecimentos, religiões, línguas, costumes e histórias que o colonialismo e o imperialismo não foram capazes de suplantar por completo. São as insurgências no seio dos genocídios e dos epistemicídios que constroem hoje narrativas contra-hegemônicas e que escancaram a parcialidade e a violência da experiência histórica da Europa. Portanto, é importante compreender que o lugar de fala não apresenta “a reivindicação da autoridade do corpo como instância de produção de sentido”, como afirma Oliveira; ele desnaturaliza o corpo e cobra da sociedade e da comunidade científica o reconhecimento de que, por séculos, corpos femininos e não brancos foram excluídos. Além disso, a reivindicação não é apenas por produção de sentido, mas por produção de conhecimento socialmente legitimado. Analisar nosso passado e presente à luz do conceito de lugar de fala exige o reconhecimento do “outro” como um agente da história, operação que não existe nos fundamentos da ciência moderna europeia. Nesse sentido, está implícita na reivindicação da fala uma

⁷ A coleção *Feminismos Plurais*, coordenada por Djamila Ribeiro, tem entre seus títulos temas sobre o feminismo negro e o pensamento antirracista, sendo um exemplo de como esses temas têm sido desenvolvidos não só no debate público, mas também no espaço acadêmico.

dinâmica social, na qual é fundamental que alguém participe na condição de ouvinte, para que, finalmente, sejam esboçados caminhos para um efetivo diálogo.

Construindo uma comunidade de escuta

Apontar a possibilidade de diferentes formas de experiência do passado que coexistem em uma sociedade também nos leva a considerar o quanto elas podem revelar variadas formas de viver o tempo, seja individual ou coletivamente. Além da importância de compreendermos como o lugar de fala apresenta elementos de crítica à ciência e ao pensamento universalista europeu, também me parece significativo apontar que há aqui uma relação com o tempo que assinala o trânsito constante entre passado, presente e futuro, seja na vivência como repetição, no desvio da norma instituída, nas denúncias das opressões estruturais, mas também na valorização de aspectos comunitários como a ancestralidade, a solidariedade e a construção de identidades coletivas – experiência como *Erfahrung*, nos termos de Benjamin. Poderíamos concluir que a modernidade europeia foi marcada pela transformação nas formas de experimentar o mundo, sem que os diferentes tipos de experiências fossem totalmente eliminados do mundo burguês. O que está em jogo aqui é menos o passado como “aconteceu” e mais o passado que “não para de acontecer”. Experiências que são vividas na contingência, por pessoas de estratos sociais, gênero, orientação sexual e raças diferentes também podem ter implicações na forma como o passado e o presente podem ser interpretados e interpelados por esses indivíduos e coletividades. Arthur de Lima Avila (2018) nos diz que uma das contribuições de Fredric Jameson à compreensão de uma temporalidade presentista seria a sua caracterização a partir da ideia de “recalque da historicidade”, causado pelo aprisionamento no presente como resultado da relação de baixa densidade com o passado e a negação do futuro como superação dos problemas nos quais as sociedades se encontram mergulhadas. Essa é uma forma possível de perceber como alguns grupos e indivíduos têm reagido ao avanço do capitalismo neoliberal, por exemplo. Mas outras relações também são possíveis e as experiências de opressões de muitos séculos ainda hoje falam em corpos que vivem o tempo como uma historicidade de tessitura espessa, através da qual, para citar Wendy Brown, *o presente é vivido como história*. E o futuro ainda se apresenta como possibilidade (AVILA, 2018, p. 42).

Paulo Freire, o patrono da educação brasileira, nos diz as seguintes palavras em *Pedagogia do Oprimido*:

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela (FREIRE, 2014, p. 42-43).

A citação de Freire me faz pensar: uma educação transgressora cabe em uma disciplina? Vou inverter a pergunta: se o caráter disciplinar da história ainda tem algo a nos oferecer, será que podemos tensionar os fundamentos da disciplina a partir das experiências e do encontro de vidas concretas que acontece nas salas de aula? Eu realmente espero que sim, porque, ao abrir o texto da aula para as experiências dos oprimidos, não é o interdito que toma lugar de autoridade como um “lugar de cale-se”, mas novas possibilidades de compreender o passado e o presente se apresentam por meio da construção de uma *comunidade de escuta*. O nosso engajamento ético-político com o passado e o presente pode ser uma brecha para a construção de um futuro de transformações das relações sociais opressivas e promotora de desigualdades.

REFERÊNCIAS

ALCOFF, Linda. The Problem of Speaking for Others. **Cultural Critique**, n. 20, 1991, p. 5-32. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1354221>. Acesso em: 24 ago. 2021.

ALCOFF, Linda. Uma epistemologia para a próxima revolução. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, pp. 129-143, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00129.pdf> Acesso em: 28 ago. 2020.

ANKERMIT, Franklin Rudolf. **A escrita da história**: a natureza da representação histórica. Londrina: Eduel, 2012.

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, n. 23, p. 33-58, jan. 2015. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/consideracoes-sobre-genero-reabrindo-o-debate-sobre-patriarcado-eou-capitalismo/> Acesso em: 28 ago. 2020.

AVILA, Arthur Lima de. Indisciplinando a historiografia: do passado histórico ao passado prático, da crise à crítica. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 35-49, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/31185>. Acesso em: 28 ago. 2020.

AVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo. Apresentação. In: AVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (org.). **A História (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico**. Vitória: Editora Milfontes, 2019. p. 7-18.

BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221.

BENTES, Ivana. Nós, os brancos, e a nova partilha discursiva. **CULT**, São Paulo, 12, ago., 2020. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/nos-os-brancos-e-a-nova-partilha-discursiva/>. Acesso em: 28 ago. 2020.

BUENO, André. Abolir o passado, reinventar a história: a escrita histórica de Hanfeizi na China do século III a.C. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 8, n. 18, p. 29-42, ago. 2015. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/899>. Acesso em: 28 ago. 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 271-310.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 120-138.

DONNA, Harraway. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 157-210.

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, p. 1-24, jan./abr. 2020. Disponível em: <http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0102/11455>. Acesso em: 28 ago. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 56. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Prefácio: Walter Benjamin ou a história aberta. *In*: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 7-19.

GOMES, Wilson. O cancelamento da antropóloga branca e a pauta identitária. **Folha de São Paulo**, 11, ago. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/08/o-cancelamento-da-antropologa-branca-e-a-pauta-identitaria.shtml>. Acesso em: 28 ago. 2020.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. *In*: PEDROSA, Adriano; CARNEIRO, Amanda; MESQUITA, André (org.). **História das mulheres, histórias feministas: V. 2 antologia**. São Paulo: Masp, 2019a. p. 110-120.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019b. p. 237-256.

GUIMARÃES, Géssica; SOUSA, Francisco Gouvea de. Desmonte ou reconstrução da Universidade? Entre o capital e a democratização. **Revista Hydra**, Guarulhos, v. 4, n. 7, p. 103-131, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/hydra/article/view/9901>. Acesso em: 28 ago. 2020.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Modernização dos sentidos**. São Paulo: Editora 34, 1998.

HARTOG, François. **Os antigos, o passado e o presente**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora WMF, Martins Fontes, 2017.

KEHL, Maria Rita. Lugar de "cale-se"! **Combate Racismo Ambiental**. 11 ago. 2020. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2020/08/11/lugar-de-cale-se-por-maria-rita-kehl/>. Acesso em: 28 ago. 2020.

KLEM, Bruna Stutz. **Historiadoras**: aproximações femininas à história da historiografia brasileira (1970-1990). 2019. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2019.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora da PUC, 2006.

LABORNE, Ana Amélia de Paula. Branquitude, colonialismo e poder: a produção do conhecimento acadêmico no contexto brasileiro. In: MÜLLER, Tânia M. P.; CARDOSO, Lourenço (org.). **Branquitude**: estudos sobre identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017. p. 91-105.

LE GOFF, Jacques. A história nova. In: NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogerio Forastieri da. (org.). **Nova História em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011. v. 1. p. 128-176.

LUGONES, María. Rumo ao feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n.3, p. 935-952, set.-dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 28 ago. 2020.

MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de história**: Da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX. Porto Alegre: FGV, Edipucrs, 2013.

MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de história**: O caminho da ciência no longo século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

MARTINS, Estevão Rezende (org.). **A História pensada**: teoria e método na historiografia europeia do século XIX. São Paulo: Contexto, 2010.

MATTOS, Ilmar R. "Mas não somente assim!" Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de história. **Tempo**, Niterói, v. 11, n. 21, p. 5-16, jul./dez. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-77042006000200002&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 28 ago. 2020.

MIGNOLO, Walter. COLONIALIDADE: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 1-18, jun. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092017000200507&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 28 ago. 2020.

MOMIGLIANO, Arnaldo. História Antiga e os antiquários. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 21, n. 39, p. 19-76, jul. 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/43194/30796>. Acesso em: 28 ago. 2020.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Mariana, v. 11, n. 28, p. 104-140, set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1414>. Acesso em: 28 ago. 2020.

OLIVEIRA, Rodrigo Perez. O negacionismo científico olavista: a radicalização de um certo regime epistemológico. *In*: KLEM, Bruna Stutz; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; ARAUJO, Valdeci Lopes de (orgs). **Do fake ao fato: (des)atualizando Bolsonaro**. Vitória: Editora Milfontes, 2020. p. 81-100.

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 88 - 114, abr./jun. 2018. Disponível em: <http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/viewFile/2175180310242018088/8521>. Acesso em: 28 ago. 2020.

PRECHET, Beatriz do Nascimento. **Enegrecendo o meretrício: experiências da prostituição feminina no Rio de Janeiro (1871-1909)**. Vitória: Editora Milfontes, 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RANGEL, Marcelo de Mello. **Da ternura com o passado: História e pensamento na filosofia contemporânea**. Rio de Janeiro: Via Verita, 2019.

RANJAN, Ritwik. Postcoloniality and the two sites of historicity. **History and Theory**, Middletown, v. 56, n. 1, p. 38-53, mar. 2017. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/hith.12001>. Acesso em: 20 ago. 2021.

RANKE, Leopold von. O Conceito de História Universal. *In*: MARTINS, Estevão Rezende (org.). **A História pensada**: teoria e método na historiografia europeia do século XIX. São Paulo: Contexto, 2010. p. 202-215.

RICHARD, Nelly. **Intervenções críticas**: arte, cultura, gênero e política. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. Ensino de teorias e metodologias no curso de graduação em história: sobre silêncio, poder e presença. *In*: AVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (org.). **A História (in)disciplinada**: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico. Vitória: Editora Milfontes, 2019. p. 149-170.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Filme de Beyoncé erra ao glamorizar negritude com estampa de oncinha: Diva pop precisa entender que a luta antirracista não se faz só com pompa, artifício hollywoodiano, brilho e cristal. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 ago. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/08/filme-de-beyonce-erra-ao-glamorizar-negritude-com-estampa-de-oncinha.shtml>. Acesso em: 28 ago. 2020.

SILVA, Tomás Tadeu. **Documentos de Identidade**. Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte, Autêntica, 2016.

SPIVAK, GayatriChakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WHITE, Hayden. **Meta-história**: a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Edusp, 2008.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

BIOGRAFIA PROFISSIONAL

Géssica Guimarães é professora Adjunta de Teoria da História e História da Historiografia e do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutora em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) em 2012. Pesquisadora da Comunidade de Estudos de Teoria da História (COMUM-UERJ) e do Núcleo de Estudos sobre Biografia, História, Ensino e Subjetividades (NUBHES-UERJ). Atua nas áreas da Teoria da História, História da Historiografia e Ensino de História. Tem desenvolvido pesquisas sobre a experiência de tempo no Brasil da década de 1950 e sobre a teoria de gênero e o ensino de história, ambas as pesquisas recebem fomento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). É uma das organizadoras do livro *Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica e Diante da Crise: Teoria, História da Historiografia e Ensino de História hoje*.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua São Francisco Xavier, 524, sala 9020, bloco A, Maracanã, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20550-013, Brasil

FINANCIAMENTO

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), processo n. E-26/202.867/2019

AGRADECIMENTO

Meus agradecimentos a Bianca Costa de Matos, que tem atuado na pesquisa como bolsista de Iniciação Científica.

CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

APROVAÇÃO EM COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

EDITORES RESPONSÁVEIS

Alexandre Avelar – Editor convidado
Flávia Varella – Editora Chefe
Lidiane Soares Rodrigues – Editora convidada
María Inés Mudrovcic – Editora convidada

DIREITOS AUTORAIS

Copyright (c) 2021 Géssica Guimarães.

LICENÇA

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO

Recebido em: 30 de agosto de 2020.
Aprovado em: 18 de março de 2021